FLS.Nº 79

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2019

MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de consultoria e assessoria na área da educação, com capacitação de professores e dirigentes escolares, para aplicar técnicas aos alunos da rede municipal de educação, objetivando melhor performance no conjunto de avaliações externas que compõem o SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica, objetivando a elevação do índice IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, com aplicação de simulados parametrizados, e com suporte por meio de software para o acompanhamento individual da performance dos alunos matriculados na rede municipal de Educação de Dois Irmãos do Buriti, MS.

DATA DA ABERTURA: 11 de março de 2019, às 08:00

PREÂMBULO

1- DA REGÊNCIA
2 - DO OBJETO
3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4 - DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES
5 - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES
6 - DA PROPOSTA
7 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
8 - DA HABILITAÇÃO E SEU JULGAMENTO
9 - DO RECURSO E DA IMPUGNAÇÃO
10 - DA CONTRATAÇÃO
11- DO FORNECIMENTO, ACEITE E RECEBIMENTO
12 - DO PREÇO E REVISÃO
13 - DO PAGAMENTO
14– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
16 - DAS DISPOSSIÇÕES FINAIS

- **Anexo I – Termo de Referência – Especificações;**
- **Anexo II - Formulário Padronizado de Proposta;**
- **Anexo III - Declaração de Habilitação;**
- **Anexo IV – Declaração de Fatos Supervenientes Impeditivos;**
- **Anexo V – Declaração nos termos do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;**
- **Anexo VI - Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte;**
- **Anexo VII – Minuta de Contrato.**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2019

MENOR PREÇO

O MUNICIPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI, através do Departamento de Compras e Licitações, por intermédio de suo pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço e visando a Contratação de empresa para prestação de consultoria e assessoria na área da educação, com capacitação de professores e dirigentes escolares, para aplicar técnicas aos alunos da rede municipal de educação, objetivando melhor performance no conjunto de avaliações externas que compõem o SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica, objetivando a elevação do índice IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, com aplicação de simulados parametrizados, e com suporte por meio de software para o acompanhamento individual da performance dos alunos matriculados na rede municipal de Educação de Dois Irmãos do Buriti, MS, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

A Abertura da sessão inicial do processo licitatório acontecerá às 08:00 hs do dia 11 de março de 2019, na sala de Licitações – Na Avenida Reginaldo Lemes da Silva n. 01, centro, DOIS IRMÃOS DO BURITI – MS.

Caso a sessão pública de Pregão não seja finalizada até as 12:00 hs da data prevista acima, o(a) Pregoeiro(a) marcará para o dia seguinte a continuação da sessão publica a partir das 07:00hs, no mesmo endereço.

1. DA REGÊNCIA LEGAL

1.1 Lei Federal nº 8.666/93 e alterações;
1.2 Lei Federal nº 10.520/02;
1.3 Lei Federal n° 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
1.3 Lei Complementar nº 123/06
1.4 Decreto Municipal nº 183/2009;
1.5 Demais disposições contidas neste Edital.

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, visando Contratação de empresa para prestação de consultoria e assessoria na área da educação, com capacitação de professores e dirigentes escolares, para aplicar técnicas aos alunos da rede municipal de educação, objetivando melhor performance no conjunto de avaliações externas que compõem o SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica, objetivando a elevação do índice IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, com aplicação de simulados parametrizados, e com suporte por meio de software para o acompanhamento individual da

performance dos alunos matriculados na rede municipal de Educação de Dois Irmãos do Buriti, MS.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão participar deste Pregão quaisquer licitantes que:
4.1.1 – Detenha atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
4.1.2 – Atenda os requisitos e exigências constantes deste Edital e seus anexos;

4.2 – Não poderão concorrer neste Pregão:
4.2.1 – Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
4.2.2 – Empresa que esteja suspensa de participar de licitação realizada pelo Município de DOIS IRMÃOS DO BURITI-MS.
4.2.3 – Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;
4.2.4 – Direta ou indiretamente, empresa ou firma mercantil individual constituída por servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do art. 9º, Inciso III, da Lei Federal nº8.666/93;

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Para fins de credenciamento junto ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, a licitante deverá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação, respondendo este pela representada, devendo, ainda, no horário indicado no preâmbulo deste Edital, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

4.2 – O credenciamento far-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

4.2.1 - No caso de diretor, sócio ou proprietário da empresa licitante que comparecer ao local, deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação: de ato constitutivo, estatuto ou contrato social, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso (cópia autenticada na forma do subitem 8.4), caso em que o Pregoeiro poderá autenticar a partir do original, no momento do credenciamento.

4.2.2 - Tratando-se de procurador deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida em cartório, com poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem acima, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.2.3 – Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.

4.3 - No momento do credenciamento deverá ser apresentada Declaração de Habilitação conforme Anexo III, e de acordo com o inciso VII, artigo 4º da Lei Federal nº10.520/2002, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos da habilitação, podendo o credenciado ou representante preencher a declaração no momento da abertura da sessão.

4.4 - A empresa licitante somente poderá se pronunciar através de seu representante credenciado e ficará obrigada pelas declarações e manifestações do mesmo.

4.5 – O representante legal da licitante que não se credenciar perante o pregoeiro e Equipe de Apoio ou cujo documento de credenciamento esteja irregular, ficará impedido de participar das fases de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes Proposta ou Documentação relativos a este Pregão, caso em que será mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

4.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do art. 72 da Lei Complementar n° 123/06 e devido à necessidade de identificação pelo Pregoeiro, deverão credenciar-se acrescidas das expressões "ME" ou "EPP" à sua firma ou denominação e apresentar a ***DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ANEXO VI,*** *assinada pelo seu proprietário ou sócios e contador responsável pela escrituração da empresa devidamente registrado no órgão Regulador,* acompanhada da **Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da licitante.**

4.6.1. O credenciamento do licitante como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) somente será procedido pelo pregoeiro se o interessado comprovar tal situação jurídica através do seu instrumento constitutivo registrado na respectiva Junta Comercial ou órgão competente, no qual conste a inclusão no seu nome como ME ou EPP, ou através da apresentação do comprovante de enquadramento do licitante na condição de ME ou EPP mediante declaração em instrumento próprio para essa finalidade no respectivo órgão de registro de seu atos constitutivos;

4.6.2. O descumprimento da lei, sem prejuízo das sanções cabíveis, não acrescendo ao nome credenciado as extensões ME ou EPP, significa renúncia expressa e consciente, desobrigando o Pregoeiro, dos benefícios da Lei Complementar n° 123/06 aplicáveis ao presente certame;

4.6.3. **A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa de pequeno porte é única** e exclusiva do licitante que, inclusive,

se sujeita a todas as conseqüências legais que possam advir de um **enquadramento falso ou errôneo.**

4.7. O representante poderá ser substituído por outro devidamente cadastrado;

4.8. A não apresentação ou a não incorporação do documento de credenciamento não inabilitara a licitante, mas impedira o representante de manifestar-se e responder pela mesma.

4.9. Caso o proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, devendo estar ciente que estará renunciando a fase de lance, de negociação e a interposição de recursos.

5. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

5.1 – Até o dia, horário e local fixados no preâmbulo deste Edital, a licitante deverá apresentar à Equipe de Apoio, juntamente com a Declaração de Habilitação (conforme Anexo III), a proposta escrita e a documentação, em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social do licitante, se os mesmos não forem timbrados, os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI-MS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019
ENVELOPE PROPOSTA

MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI-MS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019
ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 – A proposta contida no Envelope Proposta deverá ser apresentada com as seguintes informações e características:

6.1.1 – Emitida por computador ou datilografada, de preferência, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas, vedadas cotações alternativas.

6.1.2 – A licitante deverá indicar o preço unitário , conforme Anexo II deste Edital, , sob pena da desclassificação no referido item, em algarismo ou por extenso, os

preços para fornecimento, deverá, sob pena de desclassificação respeitar o limite de Preço estabelecido no Termo de Referencia, (ANEXO I);

6.1.3 – Somente serão aceitos preços cotados em moeda nacional, ou seja, em Real (R$), em algarismos arábicos.

6.1.4 – Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, compreendendo os impostos, taxas, fretes, e as despesas decorrentes da fornecimento, bem ainda, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

6.1.5 – Os preços deverão ser cotados com, no máximo, duas casas decimais, pós vírgula.

6.1.6 – O valor do item informado **DEVE SER INFERIOR OU IGUAL AO VALOR DE REFERÊNCIA DO RESPECTIVO ITEM,** conforme Anexo I deste Edital.

6.1.7 – a última folha deverá estar carimbada com o CNPJ/MF da empresa licitante.

6.1.8 – Deve informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura dos envelopes de proposta.

6.2 – A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital.

6.3 – É de inteira responsabilidade da proponente o preço e demais condições apresentadas.

6.4 – As empresas vencedoras deverão apresentar nova proposta de preços , com os valores atualizados de acordo com os valores propostos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após adjudicação em ata.

6.5 – Caso os prazos estabelecidos nos subitens 6.1.8 e não esteja indicados na proposta, o mesmo será considerado como aceitos pela licitante para efeito de julgamento.

6.6 – Não se admitirá proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital, ou que apresentar preços global ou unitário inexeqüíveis, simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

6.7 - A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital.

6.8 - É de inteira responsabilidade da proponente o preço e demais condições apresentadas.

7. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 – No dia, hora e local designado no preâmbulo deste Edital, será aberta sessão pública para processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame e recebimento dos envelopes com propostas escritas e documentação de habilitação.

7.2 - O pregoeiro procederá à abertura do Envelope n.º 01, contendo a Proposta de Preços Escritas ordenando-as em ordem crescente de preços e, em seguida, fará uma análise prévia dos preços, observando a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao preço total, procedendo-se às correções de eventuais erros, tomando como corretos e adotando como critério de aceitabilidade o preço **"global"**.

7.3 – Durante o julgamento e análise das propostas, será verificada, preliminarmente, a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos neste Edital, devendo ser classificadas para a etapa competitiva, ou seja, fase de lances verbais, somente aquelas que atenderem plenamente a esses requisitos.

7.4 - Após proceder conforme descrito no subitem anterior, o pregoeiro selecionará as propostas para fase de lances, observando os seguintes critérios:
a) classificará a licitante autora da proposta de menor preço por item e todas aquelas apresentadas com preços sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), em relação ao menor preço ofertado, disposto em ordem crescente, para que os representantes legais das licitantes participem da etapa de lances verbais.
b) havendo empate entre 02 (duas) ou mais propostas selecionadas para a fase de lances, realizar-se-á o sorteio para definir a ordem da apresentação dos lances.

7.4.1 - No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.5 - O pregoeiro convocará as licitantes selecionadas conforme item 7.4 para a apresentação de lances verbais, de forma sucessiva, de valores distintos e decrescentes, **iniciando-se** pelo autor da proposta de **maior preço,** seguindo-se das demais em ordem decrescente de valor.

7.6 – O pregoeiro, antes da etapa de lances, poderá estabelecer o intervalo mínimo entre os lances, para agilizar a sessão.

7.7 – Na fase de lances verbais será permitido o uso de celulares pelos representantes para eventuais consultas telefônicas, os quais disporão até o máximo de 03 (três) minutos, por consulta.

7.8 – Em observância à Lei Complementar Federal nº123/2006 de 14.12.2006, na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de aquisição para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.8.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam superior até 5% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada.

7.9 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

7.9.1 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta, inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.9.2 – Não ocorrendo a contratação na forma do subitem 7.9.1 deste Edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.8.1 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (inciso II do art. 45 da Lei Complementar Federal nº123/2006 de 14.12.2006).

7.9.3 – Na hipótese do não Contratação na forma do subitem 7.9 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (§ 1º do art. 45 da Lei Complementar Federal nº123/2006 de 14.12.2006).

7.9.4 – O disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (§ 2º do art. 45 da Lei Complementar Federal nº123/2006 de 14.12.2006).

7.10 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.11 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste Edital.

7.12 - Não havendo mais interesse das licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO.**

8. DA HABILITAÇÃO E SEU JULGAMENTO

8.1 – Para habilitação neste Pregão, ultrapassada a fase de propostas, a licitante, detentora da melhor oferta, deverá comprovar, mediante apresentação no ENVELOPE n.º 02, os documentos a seguir relacionados, entregues de forma ordenada e numerados, de preferência, na seguinte ordem, de forma a permitir a maior rapidez na conferência e exame correspondentes:

8.1.1 - Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas alterações ou a respectiva consolidação, se houverem, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; ou ainda

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de eleição da diretoria em exercício.

d) No caso de Sociedades que envolvem uma outra empresa jurídica como sócia junta-se para a habilitação o CNPJ da respectiva empresa.

8.1.2 - Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

c) Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pelo Ministério da Fazenda (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil);

d) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual (Certidão Negativa de Débitos Gerais, compreendendo todos os tributos de competência do Estado), emitida pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa licitante, na forma da Lei.

e) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal (Certidão Negativa de Débitos Gerais, compreendendo todos os tributos de competência do Município), emitida pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa licitante, na forma da Lei.

f) Prova de regularidade relativa à seguridade social demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante os seguintes documentos:

f.1) Certificado de Regularidade de Situação CRS, perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço / FGTS;

f.2) Certidão Negativa de Débitos de Trabalhistas

Os documentos apresentados no credenciamento não necessitam constar no envelope"documentos de Habilitação"

8.1.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. Devendo vir acompanhadas de cópia dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, contendo o número de registro da Junta Comercial, bem como a identificação da assinatura do titular ou representante legal da empresa e do contabilista responsável pela escrituração.

a1) Quando se tratar de pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade anônima, admitir-se-á a apresentação do balanço patrimonial devidamente registrado, acompanhado de cópia da respectiva publicação em Diário Oficial.

a.2) As empresas com menos de 01 (um) ano de exercício social de existência devem cumprir a exigência contida no inciso I, mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado.

a.3) Somente serão válidos o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do exercício financeiro do ano de 2017.

a.4) Poderão ser exigidas das empresas para confrontação com as Demonstrações Contábeis, as informações prestadas à Receita Federal.

b.) Índice de Solvência, calculado em documento anexo ao balanço patrimonial, devendo ser obrigatoriamente assinado pelo contabilista responsável.

b.1) A análise da qualificação econômico-financeira será feita da seguinte forma:

b.2) Solvência Geral (SG)

Onde:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Exigível à Longo Prazo}} > 1$$

b.3) Estarão habilitadas neste item somente as empresas que apresentarem resultado maior a 1 (um) no índice(SG).

c) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.1.4 – Declaração, observadas penalidades cabíveis, de superveniência de fatos impeditivos da habilitação, conforme Anexo IV deste Edital.

8.1.5 – Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (na forma do Anexo V deste Edital).

8.2 – Os documentos solicitados que por sua natureza devam ser expedidos por órgão público, deverão estar no prazo de validade neles previstos, e todos os demais que não conste expressamente seu prazo de validade, considerar-se-ão válidos por 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão.

8.3 – Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

a) em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo;
b) se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
c) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.4 – Os documentos exigidos neste Pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, autenticado por cartório competente ou pelo Pregoeiro, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.4.1 – Os documentos de habilitação poderão ser autenticados pelo Pregoeiro a partir do original até às 12:00 horas do último dia útil que anteceder a data marcada para abertura dos envelopes Proposta e Documentação;

8.4.2 – Serão aceitas somente cópias legíveis;

8.4.3 – Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;

8.4.4 – O pregoeiro reservar-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

8.5 - Com relação a documentação de regularidade fiscal, sendo a licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, a mesma deverá apresentar todos os documentos exigidos neste Edital, mesmo que apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar Federal nº123/2006 de 14.12.2006).

8.5.1 - Sendo a proponente vencedora microempresa ou empresa de pequeno porte, e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, com termo inicial a partir da publicação do aviso de resultado, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, através do pregoeiro, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (§ 1º do art. 43 da Lei Complementar Federal nº123/2006 de 14.12.2006).

8.5.2 – A não-regularização da documentação, no prazo concedido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº8.666/93 de 21.06.1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (§ 2º do art. 43 da Lei Complementar Federal nº123/2006 de 14.12.2006).

8.6 – Após examinados e julgados os documentos apresentados para efeito de habilitação das licitantes, mediante confronto com as condições deste Edital, serão desqualificados e não aceitos aqueles que não atenderem às exigências aqui estabelecidas.

8.7 – Quando todas as licitantes forem inabilitadas, o pregoeiro poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos escoimados das causas referidas no ato inabilitatório.

8.7.1 – Serão exigidos para reapresentação apenas os documentos desqualificados e não aceitos;

8.7.2 – As licitantes poderão abdicar do prazo estabelecido, de comum acordo.

8.8 – Disposições Gerais da Habilitação:

8.8.1 – Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias a contar da data de sua emissão.

8.8.2 – É de obrigação dos licitantes manterem suas certidões sempre atualizadas no decorrer da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual.

8.8.3 – Os licitantes que possuírem certidões positivas, com efeito, de negativas, e que tiverem seus débitos parcelados, caso esteja expresso na certidão, deverão apresentar as três últimas guias de recolhimento, devidamente quitadas. O Pregoeiro poderá a qualquer tempo promover diligencias para fins de comprovação.

8.8.4 – Os licitantes estão obrigados, sob pena de rescisão contratual, a manterem-se adimplentes fiscal e tributariamente durante tida a execução do contrato, e o município poderá, a qualquer tempo, promover consultas para obter estas informações.
8.8.4.1 – Comprovada a inadimplência, o município abrirá um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a regularização do licitante.

8.8.5 – Não será aceita documentação remetida via fac-símile.

8.8.6 – Quando a licitante apresentar certidão extraída por meio da internet, que não seja original, o Pregoeiro efetuará a consulta no site correspondente, para a verificação da sua autenticidade.

9. DO RECURSO E DA IMPUGNAÇÃO

9.1 - Qualquer interessado poderá, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão de processamento do Pregão, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente Edital(o qual deverá ser protocolado na prefeitura), sob pena de decadência de fazê-lo administrativamente.

9.2 – A petição deverá ser dirigida o pregoeiro, devendo o mesmo decidir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ou conforme a complexidade, poderá submetê-la à Procuradoria Jurídica para análise e parecer;

9.3 - Acolhida a impugnação ao ato convocatório, ou não sendo possível a decisão administrativa pertinente antes da data fixada para a realização deste Pregão, será designada nova data para realização do certame, com a devida publicidade, inclusive das alterações, se houverem.

9.4 – A manifestação da intenção de interpor recurso, pleiteada pela licitante deverá ser feita o pregoeiro imediatamente após a declaração do (s) vencedor (es), nos casos de:

a) julgamento das propostas;
b) habilitação ou inabilitação da licitante;
c) outros atos e procedimentos.

9.5 – A licitante na sua manifestação explicitará, necessariamente, a motivação consistente que será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

9.6 – A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso pela licitante, implicará na decadência desse direito, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à (s) licitante (s) vencedora (s).

9.7 – Admitido o recurso, a licitante terá o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões recursais escritas, dirigidas ao Pregoeiro, e estará disponível às demais licitantes classificadas, para impugná-lo ou não, apresentando suas contra-razões em até 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata em cartório dos autos do Pregão.

9.8 – As licitantes que desejarem impugnar o (s) recurso (s), ficarão intimadas a fazê-lo desde a reunião de realização deste Pregão.

9.9 – Uma vez tempestivo, o pregoeiro receberá o recurso, declarando o seu efeito suspensivo, e encaminhará à Procuradoria Jurídica para análise e parecer, sendo a decisão proferida pela autoridade competente responsável pela homologação da licitação.

9.10 – O provimento quanto ao mérito do recurso pela autoridade competente implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

9.11 – Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente poderá adjudicar o objeto do Pregão à licitante vencedora, e em conseqüência homologar o procedimento licitatório.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1 - Será firmado contrato ou instrumento equivalente com a licitante vencedora com base nos dispositivos da Lei Federal nº8.666/93.

10.2 - O prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, será de 10 (dez) dias, após regular convocação pelo Município de Dois Irmãos do Buriti/MS.

10.3 - Na hipótese de a licitante convocada não assinar o contrato no prazo mencionado no subitem anterior, o Município de Dois Irmãos do Buriti/MS convocará a licitante remanescente, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nos termos do art. 14 §§ 1º e 2º do Decreto Municipal nº183/2009.

11. DAS CONDIÇOES DA EXECUÇÃO DO OBJETO.

11.1 – A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº. 8.666/93.

11.2 – A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei Federal nº. 8.666/93).

11.3 – A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto deste Convite caberá à Secretaria Municipal de Educação, através dos servidores designados.

11.4. Caso a(s) empresa(s) classificada(s) em primeiro lugar não assinar o contrato ou instrumento equivalente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar a aquisição, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

12. DO PREÇO E REVISÃO

O critério de reajuste dos preços contratados será com base no Inciso XI do Art. 40, da Lei Federal n.º 8.666/93, em sua atual redação, e no mesmo percentual e data dos reajustes determinados pelo órgão competente do Governo Federal, ou da variação efetiva do custo da produção e preços atuais de mercado local ou regional, mediante pesquisa de preços, ou ainda na variação mensal do IPCA/IBGE;

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento, decorrente da contratação, objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, após 30(trinta) a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

13.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela fornecedora, de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito Fiscal e Trabalhista e o relatório dos serviços prestados.

13.3. O fornecedor ou fornecedores deverão manter a regularidade fiscal ao longo da execução do objeto contratado, e, se for constatada a sua irregularidade, ser-lhe-á assinalado um prazo de 15 dias corridos para que comprove a regularização do débito, sob pena de rescisão do instrumento de registro de preços, quanto aos seus preços então registrados.

13.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

13.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, o Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

13.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

13.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

13.7. O município de Dois Irmãos do Buriti não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

13.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela fornecedora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

13.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Nos termos do art. 86 da Lei Federal n.º 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5%(meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste Pregão, até o limite de 10%(dez por cento) do valor total do contrato.

14.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, e demais condições resultantes deste Pregão, o Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as seguintes penalidades:

14.2.1 – Advertência;

14.2.2 – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial;

14.3 – Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 05 (cinco) anos (art. 20, Inciso I à IV do Decreto Municipal nº183/2009, e art. 7º da Lei Federal nº10.520/02, de 17/07/02), garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

a) apresentar documentação falsa, ou ainda ensejar injustificadamente o retardamento da realização do certame;

b) não mantiver a proposta;
c) comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa do atendimento das condições de habilitação ou cometer fraude fiscal;

d) convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, falhar ou fraudar sua execução.

14.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da notificação, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.05. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de DOIS IRMÃOS DO BURITI Estado do Mato Grosso do Sul.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 – As despesas decorrentes deste Pregão, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
601- Secretaria Municipal de Educação
12.122.123- Promoção e apoio a manutenção da Gestão Publica
2.053- Manutenção da Secretaria de Educação
33.90.39- Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Serão desclassificadas as propostas que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, que consignarem descontos excessivos ou manifestamente inexeqüíveis, preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou cotação de valor zero.

16.2. É facultado ao pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento que deveria ser apresentado em sessão pública da licitação.

16.3 – Em caso de dúvida que não possa ser solucionada sem a análise da Procuradoria Geral do Município, o Pregoeiro poderá suspender os atos a qualquer momento, pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, submetendo os autos para apreciação e manifestação jurídica.

16.4. Fica assegurado ao Sr. Prefeito Municipal, no interesse da administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, observada as disposições contidas no art. 49 da Lei n. 8.666/93 e art. 18 de Decreto Municipal n. 183/2009.

16.5. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) pregoeiro (a).

16.6. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidades das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, bem como, pelo custo da preparação e apresentação dos documentos, independentemente do resultado do processo licitatório.

16.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, salvo comunicação ao contrário.

16.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Só iniciam e vencem os prazos em dias de expediente.

16.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e da exata compreensão de sua proposta, durante a realização da sessão pública da licitação.

16.10. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem o comprometimento dos princípios que regem a lei.

16.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo (a) pregoeiro (a) com base na legislação vigente.

16.12. Os envelopes contendo a "documentação e propostas" eliminadas do certame ficarão a disposição dos licitantes pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis do encerramento da licitação, após este período serão destruídos.

16.13. As decisões do pregoeiro serão consideradas definitivas somente após homologação do procedimento pelo Sr. Prefeito Municipal.

16.14. Informações ou esclarecimentos adicionais sobre a presente licitação somente será admitidas por escrito, endereçadas ao Núcleo de Licitações e Contratos, localizada na Avenida Reginaldo Lemes da Silva, n.° 01, centro, DOIS IRMÃOS DO

BURITI – MS, até o segundo dia que anteceder a data de recebimento do envelopes I e II no horário de 7h00min às 12h00min.

16.15. Cópias do edital e seus anexos deverão ser retiradas no mesmo local e endereço mencionado no sub item anterior, mediante apresentação de requerimento escrito da interessada.

16.16. Fica eleito o foro da cidade de Dois Irmãos do Buriti, Estado de Mato Grosso do Sul, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

16.17. Integram o presente edital, independentemente de qualquer transcrição, os anexos: I – TERMO DE REFERÊNCIA, II – FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA, III - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO, IV - DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS, V – DECLARAÇÃO DE MENOR, VI – DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

DOIS IRMÃOS DO BURITI-MS, 20 de fevereiro de 2019.

.....

Edilsom Zandona da Souza
Prefeito Municipal

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL 09/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº13/2019

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de consultoria e assessoria na área da educação, com capacitação de professores e dirigentes escolares, para aplicar técnicas aos alunos da rede municipal de educação, objetivando melhor performance no conjunto de avaliações externas que compõem o SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica, objetivando a elevação do índice IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, com aplicação de simulados parametrizados, e com suporte por meio de software para o acompanhamento individual da performance dos alunos matriculados na rede municipal de Educação de Dois Irmãos do Buriti, MS.

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor total
01	contratação	12 meses	6.666,66	R$79.998,60

Valor total R$79.998,60 (Setenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos)

Do valor máximo: para fins de aceitabilidade do valor inicial proposto, cada licitante deverá levar em conta o preço máximo constantes no quadro acima

Capacitação de professores e dirigentes escolares da rede municipal de educação, que estejam envolvidos com as avaliações das provas SAEB/2018/2019 e demais profissionais da educação;

A capacitação terá por objetivo desenvolver técnicas e metodologia de aprendizado para as provas do SAEB/2018/2019, por meio de análise de resultado dos simulados, como instrumento de diagnóstico de aprendizagem, identificando os pontos frágeis e desenvolvendo estratégias para melhorar o desenvolvimento acadêmico dos alunos;

A capacitação dos professores e dirigentes escolares será realizada de forma presencial, em finais de semana, segundo calendário a ser definido pela Secretaria Municipal de Educação, com carga horária mínima de 08 (oito) horas/aulas bimestrais, totalizando 32(trinta e duas) horas/aulas anuais, considerando a hora/aula o período de 50 minutos;

A capacitação será realizada no Município CONTRATANTE, que providenciará a estrutura física para a realização das aulas de capacitação;

A capacitação será realizada pela CONTRATADA, com atuação especifica na gestão de pessoas, através do método – PDCA (PLAN - DO - CHECK - ACT);

Será por conta da CONTRATADA todo material de apoio a ser utilizado nos cursos de capacitação dos professores;

A CONTRATADA deverá disponibilizar um Supervisor responsável pela capacitação dos professores, com ao menos a seguintes qualificações: Professor com Licenciatura Plena e Especializado em Gerenciamento de Projetos.

O Supervisor acima indicado deverá integrar o quadro societário da CONTRATADA, ou ter com ela relação de emprego;

Aplicação de simulados:

Participarão do programa os alunos na rede municipal de educação que integram o ciclo de avaliação do índice SAEB2018/2019;

Caberá à CONTRATADA a elaboração e correção dos simulados, e deverão ser realizados ao menos 8 (oito) provas durante o ano;

Os simulados serão confeccionados pela CONTRATADA, que suportará os custos para elaboração das matrizes das provas, cumprindo fielmente o conteúdo programático da série/ano, assim como a adequação das questões para a linguagem da prova no que tange a verificação de aprendizado através dos descritores da prova proposto pelo Ministério da Educação;

Cada um dos 8 (oito) simulados anuais das séries avaliadas, deve contar com no mínimo 20% de questões inéditas;

As provas serão realizadas na sede do Município CONTRATANTE, que providenciará a estrutura física para sua realização;

A CONTRATADA deverá apresentar a correção dos simulados no prazo máximo de 15 (quinze) dias da sua realização, em relatório disponibilizado via software, nos termos do item 3.4;

A contratada deverá ainda disponibilizar software para gerenciamento e acompanhamento individual dos alunos, possibilitando avaliar o desenvolvimento em cada uma das matérias a serem cobradas no conjunto de avaliações SAEB2019. O software deve ter ao menos as seguintes características:

Utilização de plataforma Web, desenvolvida em linguagem de programação PHP, banco de Dados MySQL e hospedada preferencialmente em datacenter que utilize a reconhecida infraestrutura da Amazon AWS e que disponibilize ao menos dois servidores, um para aplicação (EC2) e outro para banco de dados (RDS);

Os servidores (aplicação e banco de dados) deverão ter configuração mínima para rodar sistema operacional Linux, SSD Volume Type, 8GB de memória RAM, processador de no mínimo 2 núcleos, SSD de no mínimo 60 GB e rede com suporte a IPV6;

O servidor de banco de dados deve fornecer acesso apenas ao servidor de aplicação e manter as portas fechadas para qualquer outro IP que tente acessar;

O data center deverá ter backup diário do banco de dados que ficará armazenado na nuvem e o processo de backup deverá ocorrer durante a madrugada;

O software deve ser acessível em dispositivos móveis com navegador que suporte bootstrap (design responsivo).

O software deve admitir o cadastramento:

Dos usuários do sistema, com os seguintes dados: nome completo, e-mail, telefone, login e senha;

Das escolas, com os seguintes dados: nome da escola, endereço, telefone, e-mail, nome do diretor e e-mail do diretor;

Dos professores, com os seguintes dados: nome completo, e-mail, telefone, escolas que leciona, séries que leciona, turmas que leciona e disciplina que leciona;

Dos alunos, com os seguintes dados: nome completo, RA (registro de aluno), data de nascimento, curso, série e turma;

Dos descritores: - 3º ano Ensino Fundamental: disciplina de leitura/português:

D1: Reconhecer letras.

D2: Reconhecer sílabas.

D3: Estabelecer relação entre unidades sonoras e suas representações gráficas.

D4: Ler palavras.

D5: Ler frases.

D6: Localizar informação explícita em textos.

D7: Reconhecer assunto de um texto

D8: Identificar a finalidade do texto.

D9: Estabelecer relação entre partes do texto.

D10: Inferir informação.

Dos descritores: – 3º ano Ensino Fundamental: disciplina de matemática:

D1 – Associar a contagem de coleções de objetos à representação numérica das suas respectivas quantidades.

D2 – Associar a denominação do número a sua respectiva representação simbólica

D3 – Comparar ou ordenar quantidades pela contagem para identificar igualdade ou desigualdade numérica.

D4 – Comparar ou ordenar números naturais.

D5 - Resolver problemas que demandam as ações de juntar, separar, acrescentar e retirar quantidades.

D6 - Resolver problemas que demandam as ações de comparar e completar quantidades.

D7 - Resolver problemas que envolvam as ideias da multiplicação.

D8 - Resolver problemas que envolvam as ideias da divisão.

D9 – Identificar figuras geométricas planas.

D10 – Reconhecer as representações de figuras geométricas espaciais.

D11 – Comparar e ordenar comprimentos.

D12 – Identificar e relacionar cédulas e moedas.

D13 - Identificar, comparar, relacionar e ordenar tempo em diferentes sistemas de medida.

D14 – Identificar informações apresentadas em tabelas.

D15 – Identificar informações apresentadas em gráficos de colunas.

Dos descritores: - 5º ano Ensino Fundamental: disciplina de português

D1 – Localizar informações explícitas em um texto.

D2 – Estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto.

D3 – Inferir o sentido de uma palavra ou expressão.

D4 – Inferir uma informação implícita em um texto.

D5 – Interpretar texto com o auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadrinhos, foto etc.)

D6 – Identificar o tema de um texto.

D7 – Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que constroem a narrativa.

D8 – Estabelecer relação causa e consequência entre partes e elementos do texto.

D9 – Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros.

D10 – Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um

texto.

D11 – Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato.

D12 – Estabelecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios etc.

D13 – Identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados.

D14 – Identificar o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações.

D15 – Reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido.

Dos descritores: - 5º ano Ensino Fundamental: disciplina de matemática

D1 – Identificar a localização e movimentação de objeto em mapas, croquis e outras representações gráficas.

D2 – Identificar propriedades comuns e diferenças entre poliedros e corpos redondos, relacionando figuras tridimensionais com suas planificações.

D3 – Identificar propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais pelo número de lados, pelos tipos de ângulos.

D4 – Identificar quadriláteros observando as posições relativas entre seus lados (paralelos, concorrentes, perpendiculares).

D5 – Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e/ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas.

D6 – Estimar a medida de grandezas utilizando unidades de medida convencionais ou não.

D7 – Resolver problemas significativos utilizando unidades de medida padronizadas como km/m/cm/mm, kg/g/mg, l/ml.

D8 – Estabelecer relações entre unidades de medida de tempo.

D9 – Estabelecer relações entre o horário de início e término e/ou o intervalo da duração de um evento ou acontecimento.

D10 – Num problema, estabelecer trocas entre cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro em função de seus valores.

D11 – Resolver problema envolvendo o cálculo do perímetro de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas.

D12 – Resolver problema envolvendo o cálculo ou a estimativa de áreas de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas.

D13 – Reconhecer e utilizar características do sistema de numeração decimal, tais como agrupamentos e trocas na base 10 e princípio do valor posicional.

D14 – Identificar a localização de números naturais na reta numérica.

D15 – Reconhecer a decomposição de números naturais nas suas diversas ordens.

D16 – Reconhecer a composição e a decomposição de números naturais em sua forma polinomial.

D17 – Calcular o resultado de uma adição ou subtração de números naturais.

D18 – Calcular o resultado de uma multiplicação ou divisão de números naturais.

D19 – Resolver problema com números naturais, envolvendo diferentes significados da adição ou subtração: juntar, alteração de um estado inicial (positiva ou negativa), comparação e mais de uma transformação (positiva ou negativa).

D20 – Resolver problema com números naturais, envolvendo diferentes significados da multiplicação ou divisão: multiplicação comparativa, ideia de proporcionalidade, configuração retangular e combinatória.

D21 – Identificar diferentes representações de um mesmo número racional.

D22 – Identificar a localização de números racionais representados na forma decimal na reta numérica.

D23 – Resolver problema utilizando a escrita decimal de cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro.

D24 – Identificar fração como representação que pode estar associada a diferentes significados.

D25 – Resolver problema com números racionais expressos na forma decimal envolvendo diferentes significados da adição ou subtração.

D26 – Resolver problema envolvendo noções de porcentagem (25%, 50%, 100%).

D27 – Ler informações e dados apresentados em tabelas.

D28 – Ler informações e dados apresentados em gráficos (particularmente em gráficos de colunas).

Dos descritores: - 9º ano Ensino Fundamental: disciplina de português

D1 – Localizar informações explícitas em um texto.

D2 – Estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto.

D3 – Inferir o sentido de uma palavra ou expressãoD4 Identificar o tema de um texto.

D5 – Interpretar texto com o auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadrinhos, foto etc.).

D6 – Implicar o suporte, gênero e/ou enunciador na compreensão do texto.

D7 – Identificar a tese de um texto.

D8 – Estabelecer relação entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la.

D9 – Diferenciar as partes principais das secundárias em um texto.

D10 – Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que constroem a narrativa.

D11 – Estabelecer relação causa/consequência entre partes e elementos do texto.

D12 – Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros.

D13 – Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto.

D14 – Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato.

D15 – Estabelecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios etc.

D16 – Identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados.

D17 – Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações.

D18 – Reconhecer o efeito de sentido decorrente da escolha de uma determinada palavra ou expressão.

D19 – Reconhecer o efeito de sentido decorrente da exploração de recursos ortográficos e/ou morfossintáticos.

D20 – Reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido.

D21 – Reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema.

Dos descritores: - 9º ano Ensino Fundamental: disciplina de matemática

D1 – Identificar a localização/movimentação de objeto em mapas, croquis e outras representações gráficas.

D2 – Identificar propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais e tridimensionais, relacionando-as com suas planificações.

D3 – Identificar propriedades de triângulos pela comparação de medidas de lados e ângulos.

D4 – Identificar relação entre quadriláteros, por meio de suas propriedades.

D5 – Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e/ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas.

D6 – Reconhecer ângulos como mudança de direção ou giros, identificando ângulos retos e não-retos.

D7 – Reconhecer que as imagens de uma figura construída por uma transformação homotética são semelhantes, identificando propriedades e/ou medidas que se modificam ou não se alteram.

D8 – Resolver o problema utilizando a propriedade dos polígonos (soma de seus ângulos internos, número de diagonais, cálculo da medida de cada ângulo interno nos polígonos regulares).

D9 – Interpretar informações apresentadas por meio de coordenadas cartesianas.

D10 – Utilizar relações métricas do triângulo retângulo para resolver problemas significativos.

D11 – Reconhecer círculo/circunferência, seus elementos e algumas de suas relações.

D12 – Resolver o problema envolvendo o cálculo de perímetro de figuras planas.

D13 – Resolver o problema envolvendo o cálculo de área de figuras planas.

D14 – Resolver o problema envolvendo noções de volume.

D15 – Resolver o problema envolvendo relações entre diferentes unidades de medida.

D16 – Identificar a localização de números inteiros na reta numérica.

D17 – Identificar a localização de números racionais na reta numérica.

D18 – Efetuar cálculos com números inteiros envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação).

D19 – Resolver o problema com números naturais envolvendo diferentes significados das operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação).

D20 – Resolver o problema com números inteiros envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação).

D21 – Reconhecer as diferentes representações de um número racional.

D22 – Identificar a fração como representação que pode estar associada a diferentes significados.

D23 – Identificar as frações equivalentes.

D24 – Reconhecer as representações decimais dos números racionais como uma extensão do sistema de numeração decimal, identificando a existência de "ordens" como décimos, centésimos e milésimos.

D25 – Efetuar os cálculos que envolvam operações com números racionais (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação).

D26 – Resolver o problema com números racionais que envolvam as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação).

D27 – Efetuar os cálculos simples com valores aproximados de radicais.

D28 – Resolver o problema que envolva porcentagem.

D29 – Resolver o problema que envolva variações proporcionais, diretas ou inversas entre

grandezas.

D30 – Calcular o valor numérico de uma expressão algébrica.

D31 – Resolver o problema que envolva equação de segundo grau.

D32 – Identificar a expressão algébrica que expressa uma regularidade observada em seqüências de números ou figuras (padrões).

D33 – Identificar uma equação ou uma inequação de primeiro grau que expressa um problema.

D34 – Identificar um sistema de equações do primeiro grau que expressa um problema.

D35 – Identificar a relação entre as representações algébrica e geométrica de um sistema de equações de primeiro grau.

D36 – Resolver o problema envolvendo informações apresentadas em tabelas e/ou gráficos.

D37 – Associar as informações apresentadas em listas e/ou tabelas simples aos gráficos que as representam e vice-versa.

O software deverá ainda possibilitar a importação do banco de dados da Secretaria Municipal de Educação, em formatoCSV com, ao menos, as seguintes informações dos alunos: nome completo, RA (registro do aluno), data de nascimento, curso, série e turma;

O software deverá disponibilizar perfis de usuários do sistema, que definirá o nível de acesso de cada um dos membros cadastrados;

O layout do software deverá possibilitar a visualização e impressão de relatórios, filtrando o resultado dos simulados por escola, por turma, por disciplina, por aluno, e por descritores; número de acertos simples por turma e individual, gráficos comparativos entre simulados, percentual de acertos por turma e por aluno, percentual de acertos por descritor (individual e por turma);

As informações acima indicadas deverão ser disponibilizadas em ambiente web, de acesso restrito aos gestores da rede municipal de ensino;

A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico de acesso e operação do software, durante os dias uteis (segunda-feira à sexta-feira) em horário comercial (das 8 às 18 horas) por meio de e-mail e telefone;

Por meio do suporte remoto, será dada assistência para cadastramento e descadastramento de alunos, verificação de número de acertos por simulados, boletim analítico dos alunos, relatório analítico para técnicos da Secretaria municipal de Educação, professores, coordenadores e diretores envolvidos no projeto;

O setor responsável pela área de Tecnologia de Informação do órgão fará teste de homologação do sistema no prazo de até 03 (três) dias após a sessão de habilitação da proposta vencedora;

Neste teste de homologação será avaliado se o software apresentado pelo licitante vencedor atende os requisitos do Edital e neste Termo de Referência;

Para a realização do teste de homologação, a licitante vencedora deverá disponibilizar o software alimentado com dados fictícios, que possibilite testar todos os dispositivos exigidos no Edital e neste Termo de Referência;

A contratação só será efetuada após a aprovação do teste de homologação.

O serviço contratado será realizado sem exclusividade, não substituindo o regular andamento das atividades pedagógicas definidas pela Secretaria Municipal de Educação;

3.1. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente ao CONTRATANTE relatório detalhado, em mídia eletrônica e de forma impressa, especificando de forma individualizada:

3.1.1. todas atividades de capacitação realizadas, indicando a data, local, carga horária, professor palestrante, professores participantes e indicação detalhada do tema debatido;

3.1.2. os simulados realizados, indicando a data, local, relação dos alunos que participaram, e resultado individualizado por aluno;

DAS DIRETRIZES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DA CONTRATADA.

4.1. A CONTRATADA obrigar-se-á a cumprir as determinações deste Termo de Referência, do contrato de prestação de serviços, e do Edital, bem como:

4.2. Considerando que o serviço prestado pela CONTRATADA tem natureza de consultoria, atividade meio, portanto, a presente contratação não tem o condão de garantir resultados efetivos, mas tão somente dar suporte para que o índice SAEB2018/2019 possa melhorar;

Item	Especificações	Unid.	Quant
01	Confecção, impressão e envio de simulados completos, contendo questões das disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, para as turmas dos 5º anos, com no mínimo 20% (vinte por cento) de questões inéditas, incluindo a coleta e correção dos simulados.	unid	2.786
02	Logins e senhas para os alunos, professores, coordenadores e diretores envolvidos no projeto para acompanharem a correção através de plataforma online.	unid	1.310
03	Formação/Capacitação de professores e dirigentes escolares realizada de forma presencial, com carga horária mínima de 08 (oito) horas/aulas por bimestre, totalizando no mínimo de 32 (trinta e duas) horas/aulas no ano. Cada hora/aula com o mínimo de 50 min.	unid	04
04	Certificados de participação para todos os professores e dirigentes escolares que tiverem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de aproveitamento e presença nos encontros presenciais da Formação/Capacitação.	unid	39
05	Apostilas da disciplina de Matemática para o processo de formação continuada dos professores regentes, dos professores especialistas da disciplina e coordenadores pedagógicos.	unid	39
06	Apostilas da disciplina de Língua Portuguêsa para o processo de formação continuada dos professores regentes, dos professores especialistas da disciplina e coordenadores pedagógicos.	unid	39
07	Cartões de identificação para controle do fluxo escolar em tamanho padrão, 9 x 5cm, impresso em preto e branco em pvc com cantos arredondados, constando de forma legível os seguintes dados: - Número de registro do aluno; - Nome completo; - Identificação visual em formato de foto 3x4;	unid	1257
08	Dispositivos de controle de presença dos alunos mediante a leitura do código de identificação individual dos cartões. Interface: USB Tipo de Scanner: Linear Profundidade de Leitura: 0 - 90mm Indicador de Leitura: LED Velocidade Mínima de Leitura: 150 scan/seg Resistência a queda: 1.5m Padrões de Códigos de Barras: Industrial 2 of 5, Standard 2 of 5, Interleaved 2 of 5, Matrix 2 of 5, Codabar, Code MSI, Code 93, Code 39, UPC-A, UPC-E, EAN 13, EAN 8, Code 128. Caracteristica Elétrica:Tensão de Alimentação de 5v	unid	07
09	Adoção da metodologia PDCA (*PLAN - DO - CHECK - ACT*) para melhoria da performance de todos os processos atendidos.	met	-

ANEXO II

FORMULÁRIO DE PROPOSTA

Proc. Adm nº 13/2019

NOME DO FORNECEDOR	Numero do CNPJ/CPF

1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Contratação de empresa para prestação de consultoria e assessoria na área da educação, com capacitação de professores e dirigentes escolares, para aplicar técnicas aos alunos da rede municipal de educação, objetivando melhor performance no conjunto de avaliações externas que compõem o SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica, objetivando a elevação do índice IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, com aplicação de simulados parametrizados, e com suporte por meio de software para o acompanhamento individual da performance dos alunos matriculados na rede municipal de Educação de Dois Irmãos do Buriti, MS.

2 - ITENS DA PROPOSTA-

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor total
01	contratação	12 meses		

3- VALIDADE DA PROPOSTA

A Validade da proposta deverá ser no mínimo de 60 (sessenta) dias a contar de sua apresentação.

-Total Geral da Proposta: _____

- Prazo de Entrega:

- Validade da Proposta: _____

- Local e Data: _____.

Assinatura do Representante Legal
Sob o Carimbo do CNPJ.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(Nome da Empresa) _____ _____, CNPJ/MF nº_____, situada (endereço completo)_____, **declara,** sob as penas da Lei, nos termos do Inciso VII, art. 4º da Lei Federal nº10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos da habilitação exigidos no Edital de Pregão Presencial nº **09/2019**, autorizado pelo Processo Administrativo nº **13/2019.**

Por ser expressa manifestação da verdade, firmo o presente.

_____ (_____), _____ de _____ _ de 2.019.
cidade estado

_____
carimbo do CNPJ/MF e assinatura do representante legal da empresa

ANEXO V

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Pregão Presencial nº09/2019
Processo Administrativo nº13/2019

....., inscrito no CNPJ/MF sob o nº....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) ....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF/MF nº .....,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1.993, acrescido pela Lei nº9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos e trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

_____ - MS, _____ de _____ de _____

_____
assinatura do representante legal da empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO VI

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ expedida pela SSP/__ e de CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no item 5 do Edital do Pregão Presencial nº 09/2019, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3° da Lei Complementar nº 123/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3° da lei Complementar nº 123/12006.

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4° do artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

(localidade)_____, de _____de 2019.

_____ (Representante Legal empresa)

_____ Contador/Tecnico e nº CRC

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um "X", ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.

ANEXO VII

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 13/2019
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º /2019

O MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - MS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Reginaldo Lemes da Silva, n.º 1, Centro, nesta cidade, inscrito no C.N.P.J. sob o Nº.24.616.187/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Edilsom Zandona de Souza, brasileiro, casado, portador do 001.036.057 SSP/MS e CPF n.º 542.568.951-91 residente e domiciliado na Rua Dourados, 346, centro, Dois Irmãos do Buriti - MS; doravante denominada Contratante e a empresa _____, inscrita no CNPJ-MF sob o n.º _____, com estabelecimento na _____, nº _____, na cidade de _____-____, doravante denominada Contratada, representada neste ato por seu sócio Sr(a). _____, brasileir_, portador da carteira de identidade tipo RG n.º _____, emitida pela SSP/____, e do CPF n.º _____, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada pelo despacho de homologação do processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº 09/2019, e nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 em sua atual redação, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA-OBJETO Contratação de empresa para prestação de consultoria e assessoria na área da educação, com capacitação de professores e dirigentes escolares, para aplicar técnicas aos alunos da rede municipal de educação, objetivando melhor performance no conjunto de avaliações externas que compõem o SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica, objetivando a elevação do índice IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, com aplicação de simulados parametrizados, e com suporte por meio de software para o acompanhamento individual da performance dos alunos matriculados na rede municipal de Educação de Dois Irmãos do Buriti, MS.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO : O objeto deste contrato será administrado por Execução direta.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO : Dá-se a este contrato o valor global de R$ _____ (_____), para a contratação na cláusula primeira, e para a totalidade do período mencionado na cláusula quarta.

§ 1° - O pagamento, decorrente do fornecimento da aquisição 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos objeto, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe

o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

§ 2° - Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social e Trabalhistas e o relatório de serviços.

§ 3º - O critério de reajuste dos preços contratados será com base no Inciso XI do Art. 40, da Lei Federal n.º 8.666/93, em sua atual redação, e no mesmo percentual e data dos reajustes determinados pelo órgão competente do Governo Federal, ou da variação efetiva do custo da produção e preços atuais de mercado local ou regional, mediante pesquisa de preços, ou ainda na variação mensal do IPCA/IBGE;

§ 4º – Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à contratada, aplicar-se-á o índice IPCA/IBGE, a título de compensação financeira, que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso;

§ 5º - O preço contratado compreende todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que sujeito;

§ 6º - Caso se faça necessária a retificação de fatura por culpa da Contratada, o prazo terá sua contagem suspensa até a data de reapresentação da fatura ao órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem;

PARÁGRAFO ÚNICO – Havendo interesse da Administração, o presente Contrato poderá ser prorrogado nas seguintes hipóteses:

I – Nos casos previstos na legislação pertinente;
II – Havendo saldo remanescente quanto ao objeto contratado.

CLÁUSULA QUARTA - O PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato será, até 12 meses a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA DESPESA: As despesas decorrentes deste Pregão, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

601- Secretaria Municipal de Educação
12.122.123- Promoção e apoio a manutenção da Gestão Publica
2.053- Manutenção da Secretaria de Educação
33.90.39- Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES : Cabe ao Contratante, a seu critério e através da Secretaria Municipal DE Assistência Social, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de cumprimento do presente

contrato, e, a Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo contratante;

§ 1º - A Contratada assume, como exclusivamente suas, as responsabilidades pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros;

§ 2º - Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado de notificação administrativa à Contratada, sob pena multa;

§ 3º - O Contratante não respondera por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária, securitária, ou indenizações civis decorrentes de acidente de trânsito durante a execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada;

§ 4º - O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados a execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

§ 5º - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 em sua atual redação, garantia previa e ampla defesa em processo administrativo;

§ 6º - O valor das multas corresponderá a gravidade da infração, até o máximo de 2% (dois por cento) do valor do contrato, em cada caso;

§ 7º - As multas previstas nesta cláusula não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;

§ 8º – É de obrigação dos licitantes manterem suas certidões sempre atualizadas no decorrer da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual.

§ 9º – Os licitantes estão obrigados, sob pena de rescisão contratual, a manterem-se adimplentes fiscal e tributariamente durante tida a execução do contrato, e o município poderá, a qualquer tempo, promover consultas para obter estas informações.

§ 10 – Comprovada a inadimplência, o município abrirá um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a regularização do licitante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO: A rescisão do contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados

nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº8.666/93;
II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
III – judicial, nos termos da legislação;

§ 1º - A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº8.666/93.

§ 2º - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA OITAVA - Fica o presente contrato para todos os efeitos de Direitos, vinculado ao Edital de Licitação – Pregão Presencial nº 09/2019, nos termos do Inciso XI do Art. 55 da Lei Federal n.º 8.666/93, em sua atual redação.

CLÁUSULA NONA - Os casos omissos neste instrumento, por ocasião da execução do objeto, serão aplicáveis a Legislação, pertinente a espécie, nos termos do inciso XII do Art. 55 da Lei n.º 8.666/93, em sua atual redação.

CLÁUSULA DÉCIMA - Compete a Contratada manter, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Departamento de Contabilidade deste Município, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, nos termos do § 3º do Art. 55 da Lei n.º 8.666/93, em sua atual redação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO : Dentro do prazo regulamentar, o Contratante providenciara a publicação em resumo, do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS TRIBUTOS E DESPESAS: Constituíra encargos exclusivos da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO: O foro do presente contrato será o da Comarca da cidade de Dois Irmãos do Buriti, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado firmam o presente termo, com 02 (duas) cópias de igual teor, as partes contratantes e duas testemunhas que a tudo assistiram.

Dois Irmãos do Buriti-MS _____ de _____ de 2.0__

EDILSOM ZANDONA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Contratada

TESTEMUNHAS :